



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Noroeste - Núcleo de Apoio Regional de Paracatu

Parecer nº 18/IEF/NAR PARACATU/2024

PROCESSO Nº 2100.01.0022660/2023-62

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: ROMUALDI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	CPF/CNPJ: 37.665.657/0001-88
Endereço: R DOUTOR JOAQUIM MOURA BROCHADO 227	Bairro: Amoreiras
Município: Paracatu	UF: MG
Telefone: (38) 3671-3131	CEP: 38.600-000
E-mail: biosferaprojetosambientais@gmail.com	

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

(X) Sim, ir para o item 3 () Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	CEP:
E-mail:	

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Fazenda Águas Claras - Loteamento Andrade Porto Primavera	Área Total (ha): 36,3779
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Matrículas nº 32.594/32.593 , livro: 02, folha: Comarca: Paracatu	Município/UF: PARACATU /MG
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): Imóvel em perímetro urbano	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	31,1242	ha
Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,104842	ha

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	31,1242	UTM	23K	297547	8092470

Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,104842	UTM	23K	297641	8092262
--	----------	-----	-----	--------	---------

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Outros	Loteamento urbano	31,1242
Outros	Infraestrutura (Construção de uma ponte)	0,104842

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Cerradão	Cerradão		23,5019
Cerrado	Cerrado em regeneração natural		7,7271

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha de floresta nativa	Comercialização “in natura”	2.796,00	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização do processo: 18/07/2023

Data da vistoria: 08/12/23

Data de solicitação de informações complementares: 22/12/2023

Foi solicitado a apresentação Apresentar nova proposta de compensação por intervenção em APP, arquivo digital vetorial da área requerida, Requerimento 86390901, Planta da propriedade, Arquivos vetoriais digitais, PIA e taxas, programa de monitoramento das espécies ameaçadas informadas no relatório, Proposta de medidas mitigadoras e/ou compensatórias que assegurem a sobrevivências dessas espécies (das espécies ameaçadas), Programa de Resgate e Salvamento de fauna conforme termo de referência (com médico veterinário, ART, taxa de expediente, etc), uma vez que o programa de afugentamento menciona possibilidade de captura.

Data do recebimento de informações complementares: 16/04/2024

Data de emissão do parecer técnico: 03/05/2024

2. OBJETIVO

É objeto desse parecer analisar a viabilidade de atendimento da solicitação de uma supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo em uma área de 31,1242 ha de Cerrado nativo e uma intervenção com supressão de vegetação nativa em 0,104842 há de Área de Preservação Permanente.

O objetivo da intervenção é a implantação de loteamento do solo urbano.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel Rural

O imóvel denominado Fazenda Águas Claras, localizada no Município de Paracatu-MG, possui uma área total de 36,3779 ha, registrada sob as matrículas de nº 32.594 e 32.593, no livro 02, do CRI de Paracatu/MG, tendo como ponto de referência a coordenada geográfica em UTM 23K **297553** (X) e **8092499** (Y), Datum WGS 84, Zona 23K.

A propriedade se encontra dentro do perímetro urbano da cidade de Paracatu, na região sul da cidade, especificamente no bairro Paracatuzinho.

Atualmente o imóvel encontra-se totalmente coberto com vegetação nativa e, portanto, não há nenhum tipo de urbanização ou qualquer tipo de infraestrutura no local.

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

Não se aplica. Propriedade em perímetro urbano.

Cabe apenas destacar que o imóvel possui Área de Reserva Legal averbadas às margens de suas matrículas e sua extinção se dar com aprovação do projeto de loteamento urbano.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Trata-se de um requerimento para intervenção ambiental, no qual requer uma de supressão de cobertura vegetal nativa com destoca para uso alternativo do solo em uma área de 31,1242 ha de cerrado nativo e uma intervenção com supressão de vegetação nativa em 0,104842 ha de Área de Preservação Permanente (Requerimento documento SEI 86390901). Segue a descrição das requisições:

Requisição 01: Supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, para uso alternativo do solo de uma área de 31,1242 ha

A área requerida, trata-se de todo o remanescente de vegetação nativa existente no imóvel, com exceção das áreas de preservação permanentes e setores definidas com áreas verdes. A área fica distribuída da região norte a sul do imóvel, com destaque em um córrego que corta a área requerida no setor central da propriedade, segmentando a requisição em dois fragmentos, um de 16,82 ha do córrego ao limite sul do imóvel e o outro de 14,30 ha do córrego ao limite norte da propriedade, sendo que o ultimo fragmento encontra-se subdividida em área de cerradão, exatamente uma área de 6,81 ha e áreas de cerrado em regeneração em estágio médio, especificamente uma área de 7,47 ha.

A tipologia da vegetação da área requerida é em sua maioria florestal, enquadrada Cerradão ou Floresta estacionais semidecidual montana, com exceção de uma pequena fração enquadrada como área de cerrado.

A área requerida e consequentemente o imóvel em análise, já se encontra totalmente circundada por áreas desmatadas em processo de urbanização, de forma que os desmates das áreas circunvizinhas ocorreram recentemente. Em levantamento a processos anteriores, foi localizado o processo de intervenção ambiental nº 2100.01.0001929/2023-12, o qual autorizou as intervenções constatadas nas propriedades vizinhas.

Foi apresentado inventário florestal da área requerida, no qual foi amostrado 5 parcelas de 300 metros quadrados cada, distribuídas de forma aleatória na área requerida, sem estratificação. No inventário não foi levantado espécies imunes de corte e nem ameaçada de extinção. A volumetria estimada no estudo está condizente com média para o tipo vegetacional, conforme o inventário florestal de Minas Gerais.

Com relação ao rendimento lenhoso a ser gerado nas intervenções, levando em consideração a análise do PIA junto ao processo, o volume total estimado é de 2.771,00 m³ de lenha nativa.

Não foi informado no PIA a presença de indivíduos de espécies imune de corte ou ameaçada de extinção e nem foi observado em campo durante vistoria.

Intervenção 02: Intervenção em Área de Preservação Permanente, com supressão de vegetação nativa em 0,104842 ha.

Trata-se de uma intervenção em área de preservação permanente do Córrego Águas Claras, especificamente em uma faixa de área de 60 metros de comprimento por 17 metros de largura, onde se pretende construir uma ponte sobre o citado Córrego, interligando a região sul do imóvel a região norte.

A área encontra-se totalmente coberta com vegetação nativa típica de Mata de Ciliar ou Mata de Galeria.

O rendimento lenhoso estimado para esta intervenção será de 25,00 m³.

Está previsto a utilização do material lenhoso fruto das intervenções internamente no imóvel ou empreendimento

Taxas pagas:

Taxa de Expediente: 745,46, paga em 13/06/2023 - Referente a supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo

Taxa de Expediente: 629,61, paga em 03/07/2023 - Referente a intervenção em APP com supressão de vegetação nativa

Taxa florestal: 19.716,44, paga em 20/04/2023 - Referente à lenha de floresta nativa.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23125668 / 23125669

4.1- Das eventuais restrições ambientais:

Segundo a plataforma IDE SISEMA, as principais características da propriedade em questão é:

- Bioma: Cerrado
- Fitofisionomia: Cerradão e Stricto Sensu
- Vulnerabilidade Natural: Média
- Erodibilidade: Não avaliado
- Áreas indígenas ou quilombolas: Não
- Áreas prioritária para conservação: Não

- Prioridade de Conservação da Flora: Não
- Prioridade de Conservação da Biodiversidade: Muito alta.
- Unidade de Conservação: Não
- Critério locacional: Não avaliado

4.2- Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Sem atividades econômicas
- Atividades licenciadas: Loteamento do solo urbano, exceto distritos industriais e similares
- Classe do empreendimento: 1
- Critério locacional: 0
- Modalidade de licenciamento: () Não – Passível / (**X**) LAS Cadastro / () LAS/RAS / () LAC ou LAT no caso de intervenções após licenciamento SEMAD / () Licenciamento Municipal
- Número do documento: Não informou no requerimento

4.3 Vistoria realizada:

Na data de 08/12/23, foi realizada uma vistoria no imóvel denominado Fazenda Águas Claras, localizada no Perímetro Urbano do Município de Paracatu-MG. A vistoria foi realizada com a presença de um representante do empreendimento o Sr. Dilsinho.

O imóvel está situado dentro do perímetro urbano da cidade de Paracatu, especificamente no bairro Paracatuzinho, saída para Guarda-Mor.

Atualmente no imóvel não há desenvolvimento de atividades econômicas sendo desenvolvida no empreendimento, o imóvel encontra-se praticamente todo coberta com vegetação nativa, com exceção de acessos e estradas existentes.

No imóvel foi observado a existência de nenhum tipo de infraestrutura, sem cerca que delimita seu perímetro.

Quanto aos recursos hídricos, a propriedade é cortada por um pequeno córrego, denominado Córrego Águas Claras, o mesmo corta ao meio o empreendimento dividindo a propriedade em região sul e norte. As áreas de preservação permanentes bem preservadas.

Por estar dentro de perímetro urbano não há a necessidade de realizar o Cadastro Ambiental Rural – CAR do imóvel.

O imóvel possui RL averbada as margens de suas matriculas e a mesma encontra-se locada fora da área de seu perímetro.

Quanto às requisições, o requerente pleiteia uma supressão de cobertura vegetal nativa com destoca, para uso alternativo do solo de uma área de 31,1242 ha, a qual se trata-se todo o remanescente de vegetação nativa do imóvel, com exceção das áreas de APP e das áreas definidas como “áreas verdes” do loteamento. A área está contígua a áreas de APP de um córrego que corta ao meio a área requerida.

Já intervenção em APP com supressão de vegetação nativa, trata-se de uma requisição com o objetivo de construção de uma ponte sobre o córrego Águas Claras, de forma que a intervenção se limita a faixa de área necessária para a construção deste acesso.

Destaca-se que a vegetação nativa existente na área de supressão em área comum e em área de APP são similares, tipologia florestal, alta e bastante densa.

Não foi declarada e nem observado em campo a existência de espécies ameaçadas de extinção ou imune de corte na área requerida.

Foi constatado um desmate recente ocorrido nas propriedades que limitam com o imóvel em análise, e em levantamento foi encontrado um processo de intervenção ambiental que autorizou tais intervenções, processo SEI nº 2100.01.0001929/2023-12.

4.3.1- Características Físicas

- Topografia: A topografia varia de área plana a levemente ondulada.
- Solo: Quanto ao solo, é o predominantemente Latossolo Vermelho Distrófico.
- Hidrografia: Quanto aos recursos hídricos, a propriedade é cortada por um pequeno córrego perene na porção central da propriedade. As áreas de preservação permanentes estão bem preservadas.

O imóvel está inserido na Bacia hidrográfica estadual do Rio Paracatu e Bacia Federal do Rio São Francisco.

4.3.2- Características Biológicas

- Vegetação: Bioma Cerrado, tendo como fitofisionomia predominante o Cerradão/ Floresta estacional semidecidual montana, e Cerrado Típico, segundo o IDE SISEMA.
- Fauna: De acordo com a Resolução Conjunta SEMAD/IEF 3102/2021, art. 20, § 1º – Nas hipóteses em que a área de supressão de vegetação nativa requerida para uso alternativo do solo for inferior a cem hectares deverá ser apresentado relatório de fauna. E assim, foi apresentado o referido relatório de fauna, a fim de atender as exigências da norma.

Foi apresentado levantamento da fauna silvestre, baseados em dados secundários de aves, mamíferos, répteis, anfíbios, artrópodes (entomofauna) ao longo de toda área pretendida para a supressão da vegetação da Fazenda Águas Claras, que serviram de subsídios à realização de um prognóstico relativo aos impactos sobre a fauna terrestre, permitindo a inferência de programas e medidas adequadas para a conservação dos ecossistemas remanescentes.

Foi apresentado Programa de Resgate, Salvamento e Afugentamento da Fauna, na qual prevê como objetivo principal o estímulo a fuga espontânea da fauna, sem necessidade de captura, durante as atividades de supressão da vegetação, de forma que não se aplicará a emissão de autorização de monitoramento ou resgate e salvamento da fauna.

Também foi apresentado programa de monitoramento e propostas de medidas mitigadoras e compensatórias da fauna ameaçada, o qual o objetivo é realizar o monitoramento da fauna terrestre na área da Fazenda Águas Claras, Glebas D e E, localizado na zona urbana do município de Paracatu – MG, com foco a identificar as espécies ameaçadas informadas no relatório de fauna, e propor medidas mitigadoras e / ou compensatórias para conservação e proteção das mesmas.

4.4- Alternativa Técnica e locacional:

Foi apresentado o estudo de alternativa técnica locacional no qual, fundamentou os motivos para a escolha do local da intervenção em área de preservação permanente. Sendo assim, o estudo traz a inexistência de viabilidade locacional para construção da ponte e a citada área foi indicada baseado em critérios civil e ambiental para a realização das obras hidráulicas.

A partir da avaliação do local feito in loco, não se contestou nenhum fato que justifique a alteração da área ou indicação de ajustes da área requerida para intervenção em APP.

5. ANÁLISE TÉCNICA

Mediante análise do processo em questão, realizada através do estudo de toda a documentação apresentada, da vistoria realizada in loco, do uso de ferramentas geoespaciais disponíveis e do arcabouço legal, tem-se as seguintes considerações:

Considerando que o processo em questão está atendendo aos preceitos do Decreto nº 47.749/2019 e da resolução conjunta SEMAD/IEF nº 3.102/2021.

Considerando que o processo em questão se apresenta instruído com toda a documentação necessária a este tipo de requisição.

Considerando que, ressalvados as restrições da legislação ambiental, o empreendedor tem o direito de exploração de sua propriedade.

Considerando que foram recolhidas as taxas estaduais referentes às intervenções ambientais requeridas.

Considerado que o imóvel em questão se encontra localizado dentro de perímetro Urbano da Cidade de Paracatu.

Considerado que já existe um termo de aprovação do anteprojeto urbanístico do loteamento pleiteado, emitido pela Prefeitura Municipal de Paracatu.

Considerando que as possibilidades de intervenção em áreas de preservação permanentes são citadas na Lei Estadual 20.922, de 16 de outubro de 2013, na qual considera as intervenções em APP passíveis de autorização para as atividades listadas como utilidade pública, interesse social ou de baixo impacto, senão vejamos:

Art. 12. A intervenção em APP poderá ser autorizada pelo órgão ambiental competente em casos de utilidade pública, interesse social ou atividades eventuais ou de baixo impacto ambiental, desde que devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio.

O caso em questão, trata-se de atividade eventual ou de baixo impacto ambiental, por se enquadrar nos dispositivos da norma Lei 20922/2013 (Novo Código Florestal de Minas Gerais), que permitem tal intervenção, senão vejamos:

III - atividade eventual ou de baixo impacto ambiental:

a) a abertura de pequenas vias de acesso de pessoas e animais, suas pontes e pontilhões;

...

Considerando que o empreendedor apresentou uma proposta de compensação referente a intervenção em APP, na forma de Projeto de Recomposição de Áreas Degradadas e Alteradas – PRADA, em

atendimento ao artigo 75 do Decreto Estadual Nº 47749 de 11/11/2019 e a Resolução Conama nº 369/2006. O projeto apresentado propõe a recuperação de áreas verdes definidas em outro loteamento localizado dentro do perímetro Urbano da Cidade de Paracatu, localizado especificamente na coordenada geográfica em UTM, 298963 (X) e 8094875 (Y), Datum WGS 84, Zona 23K. Proposta essa avaliada e aprovada neste parecer.

Considerando que não foi constatado nenhum impedimento legal ou técnico que inviabilize a requisição pleiteada.

Considerando as informações prestadas anteriormente, a respeito da intervenção ambiental descrita, constato a viabilidade ambiental do projeto apresentado, sendo possível o deferimento do pedido de autorização da intervenção ambiental nas modalidades de supressão de 31,1242 ha de Cerrado nativo e uma intervenção com supressão de vegetação nativa em 0,104842 ha de Área de Preservação Permanente – APP.

Assim, opino pelo DEFERIMENTO do pleito do requerente, de acordo com o parecer técnico acostado ao processo, estando, portanto, apto para ser encaminhado a deliberação da autoridade competente, o Senhor Supervisor Regional da URFbio Noroeste, nos termos do Decreto nº 47.892 de 23 de março de 2020.

5.1- Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção abrangem a área e seu entorno, e afetam indiretamente o meio ambiente.

Já as medidas mitigadoras são direcionamentos dados pela Administração Pública com o objetivo de diminuir ou de evitar determinado impacto ambiental negativo ou de aumentar determinado impacto ambiental positivo.

Segue abaixo o quadro com os possíveis impactos ambientais as respectivas medidas mitigadoras:

IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS		
MEIO FÍSICO, BIÓTICO E ANTRÓPICO	IMPACTOS AMBIENTAIS	MEDIDAS MITIGADORAS
FLORA	Redução no número de exemplares da Flora e conseqüentemente do poder de dispersão de sementes para aquelas espécies suprimidas;	Manutenção das áreas de APP, Reserva Legal e remanescentes vegetacionais, quando possível áreas contínuas;
FLORA	Redução de área de cobertura vegetal, eliminando possíveis abrigos e ninhos;	Recomposição de áreas de preservação permanente quando observadas degradação;
FAUNA	Diminuição da disponibilidade pontual de alimento para a fauna silvestre devido ao corte de possíveis exemplares nativos frutíferos e expulsão de insetos;	Preservação e conservação das áreas com remanescentes florestais;

FAUNA	Mortandade das espécies: A perda de espaço territorial, o contato da fauna com os seres humanos aumentando a possibilidade de caça e acidentes, a redução da disponibilidade de alimentos, são fatores que certamente provocarão morte de diversos elementos da fauna existente no local;	-Manejo para as áreas com remanescentes florestais; -Sinalização das áreas com possível travessia de animais; -Preservação das APP's e Reservas Legais.
FLORA	Alteração na paisagem local. A mudança no uso do solo provocará uma alteração da paisagem local;	Conservação e manutenção dos recursos naturais nos limites da propriedade bem como de suas áreas prioritárias.
SOLO	Alteração da qualidade das águas superficiais: O carreamento de sedimentos, de adubos e corretivos, de defensivos, é um fator de contaminação dos mananciais de água superficiais, alterando a qualidade dos mesmos, nos mananciais do imóvel e a jusante do empreendimento;	Atenção nas boas práticas de manejo de agrotóxicos, uso das dosagens recomendadas pelo fabricante, descarte correto das embalagens conforme estabelecido pelo inPEV (Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias) Análises de água periódicas para averiguação de possível contaminação dos corpos hídricos;
SOLO	Erosão do solo devido à exposição e ao intempéries e sua contaminação;	Recolher e destinar corretamente todo o resíduo sólido na instalação do projeto e implantação do mesmo; Adotar medidas preventivas de drenagem e recobrimento do solo, visando evitar erosão da área; Execução de Plano de conservação de solo e água; Manutenção das estradas e construção de bacias de contenção
ANTRÓPICO	Alteração da qualidade do ar: O trânsito de máquinas e veículos e o preparo de solo e as derivas das pulverizações com pesticidas são elementos que aumentam a quantidade de particulados e elementos tóxicos no ar;	- Manutenção periódica dos veículos e maquinários; - Umedecer estradas e vias de acesso no período seco; - Manutenção periódica dos equipamentos do processo de beneficiamento

6. CONTROLE PROCESSUAL

Fica dispensada a realização de Manifestação Jurídica por parte do Núcleo de Controle Processual-NCP, conforme previsão contida no Art.44, inciso II do Decreto Estadual nº 47.892 de 23 de março de 2020, o qual estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas, assim:

Art. 44 – O Núcleo de Controle Processual tem como competência coordenar a

tramitação de processos administrativos de competência da unidade regional do IEF, bem como prestar assessoramento às demais unidades administrativas em sua área de abrangência, respeitadas as competências da Procuradoria do IEF, com atribuições de:

II – realizar, quando solicitado pelo Supervisor Regional, o controle processual dos processos administrativos de intervenção ambiental de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar, bem como dos demais processos administrativos de interesse do IEF.

Diante do exposto, a fim de dar maior celeridade quanto ao procedimento de análise, estando a possibilidade de dispensa acoberta pela legislação mencionada, determino o prosseguimento do feito.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo DEFERIMENTO das requisições nas modalidades de supressão de 31,1242 ha de Cerrado nativo para uso alternativo do solo e de uma intervenção com supressão de vegetação nativa em 0,104842 ha de Área de Preservação Permanente, localizada não empreendimento denominado Fazenda Águas Claras, sendo que o material lenhoso proveniente desta intervenção foi estimado em 2.796,00 m³ de lenha nativa, destinado à comercialização “in natura”.

Cabe esclarecer que a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta autorização, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto à eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável (is) e/ou sua(s) responsável (is) técnica(s). Ressalta-se que esta autorização em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis, regularização ambiental e outorga pelo uso da água.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do Noroeste, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

- Executar a compensação por intervenção em Área de Preservação Permanente - APP, conforme proposta detalhada e aprovada no parecer único.

Prazo: Anualmente, por um período de 5 (cinco) anos a iniciar no próximo período chuvoso, após a concessão da autorização. Com a apresentação de relatório técnico/fotográfico anual.

- Não realizar a supressão de vegetação nativa, para uso alternativo do solo autorizada utilizando correntes com as extremidades presas a máquinas agrícolas ou outros veículos de tração, técnica popularmente conhecida como "correntão".

PRAZO: Durante vigência do AIA

- Apresentar de relatório de monitoramento das espécies da fauna silvestre terrestre ameaçadas de

extinção, conforme termo de referência de monitoramento de fauna silvestre terrestre disponibilizado no site do IEF.

Prazo: anualmente, conforme conclusão do monitoramento, ao longo de um ciclo hidrológico completo

- Apresentar de relatório de monitoramento das espécies da fauna silvestre terrestre ameaçadas de extinção, conforme termo de referência de monitoramento de fauna silvestre terrestre disponibilizado no site do IEF.

Prazo: Anualmente, conforme conclusão do monitoramento, ao longo de um ciclo hidrológico completo

8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

Não se aplica.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

☒ Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

☐ Formação de florestas, próprias ou fomentadas

☐ Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar a compensação por intervenção em Área de Preservação Permanente - APP, conforme proposta detalhada e aprovada no parecer único.	Prazo: Anualmente, por um período de 5 (cinco) anos a iniciar no próximo período chuvoso, após a concessão da autorização. Com a apresentação de relatório técnico/fotográfico anual.
2	Não realizar a supressão de vegetação nativa, para uso alternativo do solo autorizada utilizando correntes com as extremidades presas a máquinas agrícolas ou outros veículos de tração, técnica popularmente conhecida como "correntão".	Durante vigência do AIA

3	Apresentar de relatório de monitoramento das espécies da fauna silvestre terrestre ameaçadas de extinção, conforme termo de referência de monitoramento de fauna silvestre terrestre disponibilizado no site do IEF.	Anualmente, conforme conclusão do monitoramento, ao longo de um ciclo hidrológico completo
4	Apresentar de relatório simplificado, contendo a descrição das ações de afugentamento de fauna silvestre terrestre realizadas durante as atividades de supressão, conforme termo de referência disponível no site do IEF.	30 dias após a realização da supressão

** Salvo especificações, os prazos são contados a par tir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

Esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Danilo Dias de Araújo
MA SP: 1.380.615-3

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

DISPENSADO



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Dias de Araújo, Servidor Público**, em 10/05/2024, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **87577165** e o código CRC **4D1C5964**.

Referência: Processo nº 2100.01.0022660/2023-62

SEI nº 87577165